



## **AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO FECHAMENTO DA ESCOLA NO CAMPO NA COMUNIDADE LAGOA DO PATO SELVAGEM EM COCALZINHO GOIÁS.**

<sup>1</sup>Cássia Betânia Rodrigues dos Santos

### **RESUMO**

O principal objetivo deste estudo foi de analisar as causas e consequências do fechamento da escola na comunidade rural Lagoa do Pato Selvagem, município de Cocalzinho, Goiás. A economia dessa comunidade gira em torno do pequeno comércio de bares, de mercados pequenos e ainda da produção de hortaliças, além do trabalho que alguns exercem em comércios, escolas, instituições públicas e privadas no município de Águas Lindas, em Goiás, aproximadamente 5 km de distância da comunidade. A comunidade conta atualmente com uma igreja, onde a população se reúne para orações e encontros sociais. Essa comunidade já possuiu uma escola que funcionava desde a década de 1990 e que sempre esteve em estado bastante precário e somente ofereceu a 1ª fase do ensino fundamental. Para realização dessa pesquisa foi utilizado os instrumentos entrevista semiestruturada com pais de alunos e secretaria de educação e a roda de conversa com os educandos que estudaram na escola fechada. A escola no campo analisada neste estudo, fechou em 2012, após lançado a campanha de denúncia contra o fechamento de escolas no campo brasileiro, denominada “Fechar escola é crime”, apontando o fechamento de 24 mil escolas no campo no Brasil, entre 2002 e 2010. Logo, os dados sobre fechamentos de escolas do campo sinalizam que existe uma estratégia clara de esvaziamento do campo para atender as demandas do capital. Entre tais demandas que inclusive é percebida na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, é a reconcentração de terras, a expansão do agronegócio e a apropriação voraz da natureza.

**Palavras-chave: Estado, Fechamento, Escola no Campo, Educação do Campo.**

### **RESUMEN**

El objetivo principal de este estudio fue analizar las causas y consecuencias del cierre de la escuela en la comunidad rural de Lagoa do Pato Selvagem, municipio de Cocalzinho, Goiás. La economía de esta comunidad gira en torno a los pequeños bares, los pequeños mercados y la producción de hortalizas, además del trabajo que algunos realizan en comercios, escuelas, instituciones públicas y privadas en el municipio de Águas Lindas, en Goiás, aproximadamente a 5 km de la comunidad. La comunidad cuenta actualmente con una iglesia, donde la población se reúne para oraciones y tertulias sociales. Esta comunidad ya contaba con una escuela que funcionaba desde la década de 1990 y que siempre ha estado en un estado muy precario y solo ofrecía la 1ª fase de la escuela primaria. Para la realización de esta investigación se utilizaron instrumentos de entrevista semiestruturada con los padres de los alumnos y el departamento de educación y el círculo de conversación con los alumnos que cursaban en un colegio cerrado. La escuela rural analizada en este estudio cerró en 2012, luego de lanzar la campaña de denuncia contra el cierre de escuelas en el campo brasileño, denominada “Cerrar escuela es un

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo curso de Geografia da Universidade de Brasília – UnB, cassiageoterra@hotmail.com ;



delito”, apuntando al cierre de 24.000 escuelas rurales en Brasil entre 2002 y 2010. Por lo tanto, los datos sobre cierres de escuelas rurales indican que existe una estrategia clara para vaciar el campo para satisfacer las demandas del capital. Entre esas demandas que incluso se perciben en la comunidad de Lagoa do Pato Selvagem, está la reconcentración de la tierra, la expansión de la agroindustria y la apropiación voraz de la naturaleza.

**Palabras clave:** Estado, Clausura, Escuela de Campo, Educación de Campo.

## ABSTRACT

L'objectif principal de cette étude était d'analyser les causes et les conséquences de la fermeture de l'école dans la communauté rurale de Lagoa do Pato Selvagem, municipalité de Cocalzinho, Goiás. L'économie de cette communauté tourne autour de petits bars, petits marchés et production de légumes, en plus du travail que certains effectuent dans des magasins, des écoles, des institutions publiques et privées de la municipalité d'Águas Lindas, à Goiás, à environ 5 km de la communauté. La communauté a actuellement une église, où la population se rassemble pour des prières et des rassemblements sociaux. Cette communauté possédait déjà une école qui fonctionnait depuis les années 1990 et qui a toujours été dans un état très précaire et n'offrait que la 1ère phase du primaire. Pour mener à bien cette recherche, des instruments d'entretiens semi-directifs ont été utilisés avec les parents d'élèves et le service éducatif et le cercle de conversation avec les élèves ayant étudié dans une école fermée. L'école rurale analysée dans cette étude a fermé en 2012, après le lancement de la campagne de dénonciation contre la fermeture des écoles dans la campagne brésilienne, appelée «Fermer l'école est un crime», pointant du doigt la fermeture de 24.000 écoles rurales au Brésil entre 2002 et 2010. Par conséquent, les données sur les fermetures d'écoles rurales indiquent qu'il existe une stratégie claire pour vider la campagne afin de répondre aux exigences du capital. Parmi ces demandes qui sont même perçues dans la communauté de Lagoa do Pato Selvagem, il y a la reconcentration des terres, l'expansion de l'agrobusiness et l'appropriation vorace de la nature.

**Mots-clés:** Etat, Clôture, Ecole de Campagne, Education à la Campagne.

## INTRODUÇÃO

As principais categorias deste trabalho é o território, Estado, a escola no campo e a Educação do Campo. O território porque é neste que realiza a disputa dos tipos de campo que perfazem neste Brasil. O Estado enquanto agente determinante para os tipos de campo que se territorializam ao considerar suas ações e contradições. Falamos em contradições porque as populações tradicionais, no presente estudo, lidam, diariamente, com a ausência e traição do Estado e, por conseguinte, com seus direitos fundamentais violados. A violação manifestada a partir da precariedade de condições básicas de vida. Precisamente, devido à falta de acesso à educação. Portanto, o fechamento sistemático de escolas do campo se mostra uma contradição perante ao que temos descrito em leis – tanto



constitucionalmente, quanto pela Política de Educação do Campo e pelo Programa Nacional de Educação do Campo. Logo, afirmamos que a escola também é elemento em disputa e fundamental para a construção e a territorialização dos povos tradicionais. Não tem como discutir o fechamento de escolas sem discutir o projeto de campo que se pretende para o Brasil.

Deste modo, reafirmamos que a escola no campo é direito conquistado pelos povos que resistem no meio rural e por vezes a educação do campo como possibilidade e caminho para construção de uma escola do campo que venha a atender as reais necessidades e valorizando a identidade desses sujeitos (MOLINA; SÁ, 2012). Portanto, a escola no campo e sendo do campo representam a permanência e fortalecimento dos sujeitos do campo. Sua ausência culmina na expulsão e enfraquecimento social e este último tem repercutido na realidade da comunidade Lagoa do Pato Selvagem.

A escola no campo da comunidade Lagoa do Pato Selvagem muito se assemelha da escolinha rural que Miguel Arroyo descreve. “A imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler” (2009, p. 20).

Mesmo construída com base na alvenaria, a Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem é simples, e dependeu muito de recursos provenientes da própria comunidade. São essas escolas que também estão no meio rural brasileiro e a sua falta de infraestrutura tem culminado no seu fechamento. O fechamento da escola neste território se relaciona também ao fato de a mesma ainda está em propriedade particular. Muitas escolas no campo no Brasil, foram inicialmente construídas por fazendeiros na época e hoje para continuar mantendo, acaba dificultando pois se encontra em propriedade particular. As terras para a construção da Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem haviam sido doadas, mas a prefeitura não interessou em documentar o terreno. O terreno da escola fazia parte de uma propriedade particular e o proprietário veio a falecer passando a propriedade para o herdeiro que vendeu a propriedade e não colocou na documentação de venda, assim quem é dono atual da propriedade, não reconhece a existência da escola.



Figura 1: Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem.



Autor: Cássia Betânia Rodrigues dos Santos, 2016

A Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem ficou funcionando sem documentação por quase 30 anos e a Secretaria de Educação ainda diz que estava buscando a documentação. Segundo a secretaria de educação de Cocalzinho, essa busca foi encerrada *“porque nisso também a escola desativou e aí não precisou, a gente passou para o pessoal da Secretaria de administração e Planejamento porque é uma área particular, mas tem um prédio considerado público, mas a gente não tem a propriedade do terreno”*. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).

A realidade é que a Secretaria de Educação, representante direto deste Estado, esperou tempo suficiente para que a situação se complicasse impedindo a possibilidade da existência de uma escola no campo na comunidade Lagoa do Pato Selvagem. Os educandos reforçam que, *“aqui é complicado porque nem área pública pro colégio não tem mais. Tá cheio de colégio aqui construído, mas o pessoal morando no colégio, tiraram todo mundo, os professores”*. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

A Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem, funcionou sem documentação e como o principal motivo para seu fechamento foi a quantidade pequena de educandos. Hoje se for reabri-la já existe outro argumento que a impede de funcionar que é exatamente a falta de documentação e de terreno para a escola. Em relação a mãe na



comunidade de Lagoa do Pato Selvagem, expressou indignação e esperança para escola em sua fala: *“o prefeito aqui que tá querendo candidatar agora, ele disse que vai fazer reunião para ver se a comunidade acha melhor abrir a escola. Só se o prefeito ganhar que vai ter uma reunião assim”*. Em contrapartida, a Secretaria de Educação de Cocalzinho, detalha uma realidade mesquinha de que: *Agora em época de eleição sempre aparece aquele candidato que quer aparecer as custas, aí eles vêm fala que quer abrir a escola, aí a gente tem que pegar o estudo e mostrar que não é viável. Ai a gente tem que explicar que não tem aluno e não tem estrutura a escola*. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).

Com a infraestrutura fragilizada, e na falta de terreno para escola, a instituição vai perdendo todas as suas condições de funcionamento e dependendo ainda mais da formação e do coletivo da comunidade para mantê-la. No entanto, foi com a infraestrutura fragilizada que inclusive levaram muitos alunos a se transferirem para escola da cidade, comprometendo ainda mais o funcionamento da escola com poucos alunos. Como a comunidade não tem formação coletiva, muitos aceitam de bom grado o discurso ideológico do Estado que é transmitido pela Secretaria de Educação de Cocalzinho ao dizer *“Essas crianças estão melhor, mais espaço, melhor escola, mais professores. Foi um ganho para comunidade a escola da cidade”*. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município). Esse discurso representa a desvalorização para a identidade territorial camponesa, rasgando os seus direitos de educação que estão previstos em Constituição.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa possui uma metodologia estruturada em torno de dois eixos de operacionalização: 1. A pesquisa bibliográfica para apoiar os conceitos escolas no campo e do campo bem como o território, o Estado e o campesinato. 2. Entrevistas e rodas de conversas com os sujeitos da pesquisa. Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados neste território, duas mães de ex estudantes e duas merendeiras que trabalharam na escola. Este público foi entrevistado na própria comunidade. Somente a Secretária de Educação foi no próprio município de Cocalzinho de Goiás. Não foi conseguido conversar com a professora porque ela se mudou para o estado de Tocantins. Enquanto, que a roda de conversa foi realizada com os ex estudantes da escola fechada e



com o fechamento da escola foram transferidos para Águas Lindas, dependentes do transporte no período noturno.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O território é uma categoria da geografia, mas não exclusivo dessa ciência, outras também faz uso do conceito território, porém, cada ciência com uma abordagem diferente. De todo modo, a categoria território foi amplamente utilizada em diversos trabalhos científicos, de diversas áreas do conhecimento. Um dos argumentos que explica a utilização ampla do conceito território está nas palavras de Haesbaert quando diz “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (2004, p. 20). Para uma compreensão da categoria território numa perspectiva geográfica é importante fazer uso dos termos espaço e poder já que o território é um espaço que é delimitado por relações de poder. Souza (2000) fala que essa é uma primeira aproximação para o entendimento do que é, e da dinâmica que envolve o território.

Mas, essa definição, segundo o próprio autor, está limitada a um pedaço da superfície terrestre, portanto, coisificado, mas ele não parou por aí, sua contribuição se delonga para outros trabalhos e aperfeiçoa essa primeira aproximação. Em sua segunda aproximação, considera o território “antes relações sociais projetadas nos espaços concretos” e, portanto, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Logo o território é imaterial já que as relações de poder somente são sentidas neste espaço e é material, porque esse mesmo poder constrói elementos que revelam sua identidade, o tipo de território que está construído. Por isso Santos (1994, p.16) disse que “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural.”

Esse estudo faz referência aos territórios rurais termo utilizado por Fernandes (2008), e é este o território da pesquisa. É especificamente o território rural de Goiás que se constitui do território do agronegócio e do território do campesinato que ora territorializa, desterritorializa ou reterritorializa um ou o outro.

Essa dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do território, enquanto espaço em disputa, envolve em outras palavras o nascimento, vida, morte e renascimento dos territórios provocada pela mudança social. O território do agronegócio que territorializa e reterritorializa pelos feitos ilegais e legais, pelas



multinacionais, pelas políticas neoliberais e favorecendo uma determinada classe social. Logo o Estado e suas ações estão intimamente relacionados a territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos territórios e isso ocorre porque este Estado não se mostra enquanto um agente neutro. Ele foi criado com o propósito fundamental de proteger a propriedade privada. Dessa forma, que o Estado tem se configurado como o resultado da condensação de uma relação de forças sociais, o resultado contraditório das lutas de classes, em que se manifestam interesses contraditórios” (MONTANO; DURIGUETTO, 2010, p. 147). Tais interesses só se concretizam, quando obtém os aparelhos ideológicos que sustentam o Estado, a exemplo da mídia e da escola. Mas, desde que o Estado foi criado, suas ações e seus aparelhos estão sob o controle da classe burguesa, de uma elite que a muito prevalece no poder. Todavia, a briga tem continuado intensa, principalmente pelo aparelho ideológico escolar. A escola, responsável por boa parte da formação das pessoas, tem sido alvo de disputa entre a burguesia e a classe trabalhadora. Duas concepções e ideologias diferentes de fazer escola.

Destacamos neste trabalho, a escola no e do campo porque é nesse espaço que também tem se construído a ideologia criada pela classe trabalhadora e não aquela manipulada pela burguesia. É construindo e se fortalecendo ideologicamente que é possível disputar, refletir e construir uma outra sociedade que não mais dependesse de um Estado criado especialmente para proteger a propriedade privada, alimentando privilégios e a desigualdade de classes.

Este trabalho enaltece o direito das escolas no campo e do campo, e também denuncia o efeito de fechamento desses estabelecimentos de ensino. As escolas no campo e a Educação do Campo é um importante elemento de luta das comunidades tradicionais contra os avanços do capital no campo. Dessa forma a Educação do Campo não resolverá os problemas que vivemos no campo, mas ela combinada com os sujeitos e com o conjunto de ações políticas econômicas e culturais tem por objetivo decodificar a realidade em que vivem, denunciando, lutando contra o capital, Caldart (2002).

A escola, passa então a ser de suma importância para os movimentos de luta pela terra, pois a escola é entendida pelo movimento como um instrumento político, por isso não é qualquer escola. A escola no campo e do campo são igualmente importantes. Além de estar no território camponês, é preciso de uma Escola do Campo que ao reconhecer e abraçar a identidade camponesa que a construiu, valoriza essa identidade, ou seja, as crianças, jovens que frequentam a Escola do Campo sintam se orgulho de serem



camponeses por conhecerem e reconhecerem em sua história, sua cultura. A Escola do Campo faz o encontro dos sem-terra com a terra, a Escola do Campo mostra a realidade que estão inseridos, os problemas do campo, mas também os prepara para enfrentá-los (CALDART, 2009). Na ausência da escola, enfraquece seus elementos políticos, culturais e econômicos das comunidades tradicionais. O fechamento desses estabelecimentos expulsa esses sujeitos da terra, para dar lugar a territorialização de outro tipo de campo: aquele destituído de vida, com a minimização do Estado e a maximização do capital.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do banco de dados disponibilizados pelo INEP, constata que até 2019, o Brasil possuía 54.730 escolas públicas no meio rural em funcionamento e mais de 90% desse número é representado por escolas municipais. E a maioria dessas escolas municipais são escolas multisseriadas com estrutura precárias e funcionando em terrenos privados. A Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem se encaixa em todas essas características. Logo, muito do que foi construído nessa escola enquanto esteve em funcionamento (banheiros, eletrodomésticos, portão da escola) se deveu a organização da comunidade com a arrecadação de dinheiro em festas comunitárias. Oliveira; Montenegro, Molina (2010, p. 74) nos adiantam que é comum o abandono do poder público com as escolas no campo e que o abandono reflete na precariedade das condições de funcionamento da instituição e na clara intenção de vigorar um campo de e para os negócios.

Em particular, a Escola Municipal Pato Selvagem, houve uma relação direta de seu funcionamento com a troca de gestão municipal. E isso pode se explicar especificamente num viés de redução de gastos já que o Estado minimiza suas ações ao incubi-las especificamente ao poder municipal de gerir as escolas municipais e dentro de recursos que são quantificados e limitados pelo número de matriculados, ignorando as especificidades locais. Dito feito, esse enxugamento, que a gestão do município de Cocalzinho, tem alavancado constantes processos de fechamento de escolas, e esses se realizam com certa eficácia porque são escolas que já vem com uma condição precária de funcionamento. Logo, é fechar a escola, para ter uma qualidade de ensino melhor na cidade. Hoje, se soma a esse quadro de fechamentos, a Escola Municipal Pato Selvagem. A Escola Municipal Pato Selvagem tinha papel fundamental na comunidade, mesmo diante das condições precarizadas que era mantida seu funcionamento. Uma mãe da



comunidade, em entrevista, reforça que *“a escola era importante porque não tinha que sair pra fora né para estudar, não tinha que andar muito, porque a escola é aqui perto, agora tem dificuldade de ir né porque minha filha que não anda”*.

A partir das entrevistas e momentos da roda de conversa, percebeu que foi construído um discurso ideológico capaz de gerar conformismo e ainda contrariedade com o funcionamento da escola. Sobre esse conformismo em relação ao não funcionamento da escola, tem o discurso da ex merendeira quando diz *“os pais também tinha razão, porque estavam caçando melhorias com relação ao ensino mesmo. Milha filha o que eu acho desse espaço é que tem que ficar do jeito que tá. Eles colocaram o carro de lá para pegar aqui também”*. Segundo secretária de educação do município *“os pais dos alunos preferiram levar as crianças para a Morada da Serra, porque a escola tinha mais estrutura do que lá na Lagoa do Pato Selvagem. Nós pensamos em reformar e crescer a escola, mas na medida que foi diminuindo a quantidade de alunos, não valia a pena. Fazer todo um gasto e a escola não ter aluno. Quando eu entrei aqui a escola tinha mais de 30 alunos, então era uma escola que tinha possibilidade de você crescer ela. Melhorar a estrutura. Mas como no decorrer dos anos foi só transferindo o aluno”*.

Vemos a partir daí que o discurso referente à quantidade de alunos reduzida é utilizado para o fechamento da escola, mas esse número reduzido se deveu em especial a própria ação do Estado quando abandona a escola e quando investe no incentivo de transferir para a cidade para cursar uma escola melhor. Como se fosse o ambiente rural e urbano pura e simplesmente quem definisse a escola de qualidade. A realidade que o espaço rural tem sido cada vez mais abandonado pelo Estado, oferecendo pouca ou nenhuma estrutura para as famílias. Em decorrência desse fato que também explicamos a redução de estudantes na Escola Municipal Pato Selvagem. É triste ainda notar, que a redução de estudantes se deve a determinados membros da comunidade se mostrarem contra o funcionamento da escola. Essa contrariedade nasce da estratégia de abandono já que como não tem direitos no meio rural, vão buscar ele na cidade e só é possível na cidade se haver demanda quanto ao número de estudantes, caso contrário, também descarta a possibilidade de transporte público e precisarão se deslocar por conta própria.

Vale detalhar que neste caso, foi lavrado em ata com os pais que estiveram contra o funcionamento da escola, para o fechamento da mesma. Segundo secretária de educação *“eu sei que foi feito uma ata, resultado de uma reunião que teve na comunidade ali.*



*Informando que seria fechada a escola. Foi feita uma reunião porque como a gente sabia que a comunidade do Pato Selvagem é grande, a gente tem consciência que ali tem várias crianças, então a gente fez reunião com o pessoal, se eles realmente iam continuar com as crianças matriculadas na outra escola, ou não, se eles não fossem continuar a gente continuaria mantendo a escola normal, mas eles preferiram a outra escola, melhor estrutura, então não tem nem o que questionar né. A escola atendia somente a comunidade Pato Selvagem. O pessoal não opinou para manter aberta, não falaram nada porque tinha uma outra escola que era melhor para eles. Ai então eles não tiveram prejuízo nenhum. Nós fizemos foi uma reunião, comunicamos aos pais, conversamos, e a gente foi amadurecendo essa ideia também que não dava a escola. Logo, os sujeitos que mesmo nas reais condições de funcionamento da escola queria que ela se mantivesse aberta, não participaram, não souberam que haveria alguma reunião. Quanto ao desconhecimento da reunião, teve relato de pais que dizem que, “ninguém veio aqui falar com a gente que a escola ia ser fechada. Agora tem dificuldade de ir né porque agora eu tenho dificuldade de ir com minha outra filha que não anda, depende de cadeira de roda, pra levar para a escola”.*

Desconhecemos a quantidade de comunidades que se somam a essa triste realidade em que além do fechamento, temos aqui de fato, uma escola com mínimas condições para não dizer inexistentes possibilidades de reabertura já que o Estado por meio das Secretaria de Educação tem em posse também um documento que dificulta a abertura da escola e que carrega uma cruel forma de retirar os direitos dos povos do campo, que é a partir do convencimento de um discurso que nega a escola no campo, e a falta de transparência ao desconsiderar o público que vão contra o fechamento da escola.

Quando o Estado abandona o espaço rural, ignora os direitos sociais dos povos que vivem no campo, ele abre brechas para territorialização/fortalecimento de outros territórios, e isso é evidente na comunidade Lagoa do Pato Selvagem. É cada vez mais comum encontrarmos casas fechadas, porque as famílias estão empregando seu trabalho em fazendas do entorno, geralmente num emprego sazonal, determinado pelas necessidades do agronegócio, logo, são famílias que não tem condições de trabalharem em suas terras e saem para empregarem sua força de trabalho especialmente na época de grande safra da região. Em relatos da secretaria, expõe o fato quando diz que “o pessoal foi mudando de lá também, porque o pessoal da zona rural a gente vê essa rotatividade,



*o pessoal vem para ser caseiro nas fazendas, e depois vão embora para outras fazendas, aí transferem os alunos. A gente trabalhava com toda essa realidade”.*

Ainda é consequência do fechamento da escola dessa comunidade, o número de jovens que estão sem estudar, porque as escolas na cidade já estão lotadas, portanto, sem vagas, o que só confirma que de diferentes formas não existe garantia de educação para os sujeitos do campo. Sobre o transtorno de não ter vagas para estudar na cidade, o ex estudante na comunidade de Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho diz, *“Eu uai! Eu estou sem estudar porque fechou a escola. Porque ao invés de fechar botasse do sexto ao nono ano ficava massa! Colocasse o EJA, supletivo. Eu parei de estudar porque não tem vagas lá na escola da cidade e eu parei na sétima série. Aí eu vou tentar o próximo ano. Se tivesse pelo menos a quinta série que antes tinha aqui eu fazia de novo só para não ficar sem estudar”.* De acordo com Oliveira; Montenegro; Molina “a inadequação idade série, percebida ainda no ensino fundamental, desencadeia uma onda perversa, que afeta a trajetória escolar dos alunos do meio rural e se transforma nas principais causas de abandono, de evasão escolar”. (2010, p. 180).

Ainda é importante ressaltar, que depois do fechamento da escola, as datas comemorativas tradicionais do calendário escolar (dia das mães, crianças, Natal, Páscoa, festa junina e outros eventos) ocorrem na igreja da comunidade. Embora em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, não são todos os eventos que tem ocorrido na igreja, pois a mesma não permite. E exemplo disso, é quando a mãe de ex estudante na comunidade Lagoa do Pato Selvagem reclama que, *“eu senti muito chateação depois de ter fechado aí. Tinha que ter pelo menos uma escola em nossa comunidade, agora não tem nenhuma escola. Agora muita coisa que ocorria na escola acontece no salão da igreja. Mas não tem mais algumas coisas igual a comemoração do dia do Natal que ocorria só quando tinha a escola”.*

A presença da escola movimenta a comunidade bem como influencia para que haja outros movimentos além daqueles escolares. Assim, não havendo mais escolas, não tem mais movimento, e a pouca, mas, importante união que existia, também é ameaçada. A escola estando aberta funciona como um importante veículo de divulgação. Por isso, a desunião ocorre também porque muitos membros da comunidade acabam não sabendo dos eventos que passam a ocorrer em outros espaços. Sobre essa dificuldade de divulgação dos eventos, os educandos da comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em



Cocalzinho, explicam que, *“nós alunos era o correio da escola então todo mundo sabia, igual hoje dia de vacinação aqui na igreja, mas nem todo mundo sabe né”*.

Diante do que já foi exposto e analisado, pontuemos alguns pressupostos. Existe uma ação intencional do Estado quando este abandona o território rural dos povos tradicionais. Esse abandono vislumbrado neste trabalho se materializa com a condição precarizada que se deveu o fechamento da Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem. Portanto, a comunidade que era atendida, hoje sofre diferentes consequências que dificilmente serão superadas pois foi documentada a falsa ideia de que a escola no campo deve ser substituída a partir do momento que lavrou em ata e que segundo a secretaria de educação, representante primeira do Estado, acordado por toda a comunidade. A realidade, que a postura do Estado é clara quando além de abandonar, também cria formas que enfraquecem/eliminam as possibilidades de luta e permanência no território. Em contrapartida, fortalece a ausência do coletivo da comunidade, culmina numa postura cada vez mais individualista, e desenraiza as famílias a partir do momento que elas ainda precisam empregar sua força de trabalho para atender as necessidades do território do agronegócio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir deste trabalho, pontuemos alguns pressupostos. Primeiro, que o Estado negligencia o direito de ter acesso à educação básica na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho, Goiás. Essa negligência se mascara no discurso de que a escola da cidade é melhor ou de que não é possível manter uma escola no campo.

São várias as consequências quando fecha uma escola no campo. Podemos destacar a falta de vagas para estudar na escola da cidade, pois são escolas geralmente lotadas, o sofrimento que é na estrada do campo para a cidade, seja com a poeira, lama, a fome, o cansaço, bem como o preconceito que os educandos do campo sofrem seja por parte dos colegas, dos professores e coordenação da cidade. Enfim, a maioria das famílias possuem crianças e adolescentes que sofrem na ausência da escola, na ausência de assistência técnica, de recursos financeiros e de todo tipo de infraestrutura no campo, e que para evitar e ou sair de todo o sofrimento, que tem resultado a expulsão de camponeses de suas terras.

É importante ressaltar, que na terra, não basta a escola em todos os níveis e modalidades, há a necessidade de consolidar outros direitos a partir de políticas públicas



voltada a infraestrutura, de saúde, de transporte intra-campo, de valorização e formação continuada dos professores que atuam nas escolas. Como já dizia Molina (2015, p. 391) “é urgente e necessário politizar estes debates com as comunidades, publicizando os seus direitos, e as formas, estratégias de luta, bem como reforçar a problemática de fechamento de escolas e o altíssimo volume de recursos envolvidos nesta perversa lógica de transportar as crianças, numa tática que acelera o fim de muitas comunidades camponesas” concomitante a territorialização/reterritorialização do negócio no campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). Por uma educação do campo. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 65-86.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-264.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In. Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: identidade e políticas públicas. 2ª edição, Brasília, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In. Por uma Educação do Campo. Editora vozes, 4ª edição, Petrópolis, 2009.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Panorama da Educação no Campo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2019.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 324-330.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

OLIVEIRA, L. L. N. A; MONTENEGRO, J. L. A; MOLINA, M. C. Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.